

CORREIO BRAZILIENSE

# A ARTE DO ENGANO

Mauro Santayana

Ouvir a euforia do presidente Fernando Henrique Cardoso, durante os festejos do segundo aniversário do novo padrão monetário, é lembrar o aforisma citado por Baltasar Gracián y Morales, em *El Criticón: la mitad del año con arte y engaño y la otra parte con engaño y arte*. Uma coisa não se pode negar ao chefe de governo: ele está convencido de que o caminho escolhido é o melhor e por esse caminho vai arrastando a nação, que começa a se dar conta do equívoco e a se organizar para a resistência política. Dispensêmo-nos de analisar o que ele disse em todos os canais de televisão e examinemos o discurso que fez ao abrir o seminário sobre a data, tal como foi transcrito pela imprensa.

Sua excelência começa com uma *plaisanterie* desnecessária, ao afirmar que estava dando entrevistas sucessivas, "até, quem sabe, receber alguma oferta de alguma rádio para eu ser âncora de algum programa, para eu, então, passar a criticar os governos". Ao enumerar as razões da reforma monetária, de resto irrecusáveis, o presidente dá o primeiro tropeço: "Estávamos sempre à beira daquilo que os brasileiros amam muito, que é o abismo". Em seguida, quis corrigir a falha: "amam, mas não gostam que se caia nele". Estamos tentando decifrar o paradoxo, mas ao que parece, quem ama o abismo não são os brasileiros comuns, que desejam, mais do que a estabilidade monetária, o pleno emprego, a paz social e a grandeza de sua pátria. Amantes do abismo talvez sejam os que, sempre a serviço dos interesses internacionais, nos empurram para a perambreira.

Em seguida, o presidente fala nos "cientistas políticos", para afirmar que, hoje, "os economistas todos são" cientistas políticos. Se há uma empulhação intelectual no mundo de hoje é a de considerar estudiosos das instituições de governo, por mais dedicados sejam, como "cientistas políticos". Uma visão clara do que seja ciência política identificaria, em nosso século, poucos homens merecedores de tal qualificativo. Talvez Bowles, Schlesinger e Galbraith nos Estados Unidos, talvez Croce e Bobbio, na Itália, quem sabe, Huttington, Russel e Popper, na Inglaterra, provavelmente Dahrendorf na Alemanha, Raymond Aron na França. São excluídos, pelas óbvias razões, os engajados na esquerda revolucionária ou na direita fascista. Aqui no Brasil, tais títulos se adquirem nas universidades — algumas delas tanto mais generosas em concedê-lo quanto mais bem pagas.

O melhor vem mais tarde. O presidente faz estarrecedora confissão: só poderia ter feito o que fez "em momento de fraqueza política", ou seja, no momento de menor vigilância do Congresso Nacional, quando a Comissão do Orçamento se encontrava fragilizada e havia "a impossibilidade das (sic) forças políticas se organizarem para frear uma decisão de política econômica mais audaciosa".

No comments.

Ao falar no Fundo Social de Emergência mais uma agostiniana confis-

são: "O social foi posto ali por acaso, porque se imaginara que era mais fácil que o Congresso cedesse, se fosse um fundo social e que não era nem fundo, era simplesmente um mecanismo de flexibilização das verbas públicas".

Sigamos o texto, para encontrar outra estranha explicação, a do Proer:

"Não é fácil a um ex-senador da República se opor a uma CPI sobre os bancos. Eu me opus. Me opus, porque? Porque isso daria um congestionamento de agenda, daria uma série de outras questões, que ficariam muito difíceis de serem manejadas." Entenderam os leitores? O deputado Milton Temer, do Rio de Janeiro, está perguntando e o Banco Central ainda

não explicou, por que o Banco Nacional tinha um passivo de 2,8 bilhões e o Banco Econômico de 2,1 bilhões, de depósitos do público, conforme a documentação exibida, e receberam, confessadamente, mais de seis bilhões do Proer, fora o socorro anterior. Ao ser indagado sobre o destino da diferença, o ministro da Fazenda (que pensa que manda), respondeu, candidamente, com duas palavras: "Não sei". Talvez seja esta uma das "outras questões que ficariam muito difíceis de serem manejadas", e que só uma CPI, com seu poder de inquisição, esclareceria. Esclarecia não só a diferença apontada pelo parlamentar do Rio, mas os R\$ 36 bilhões injetados nos bancos, conforme estimativas não desmentidas.

"Eu hoje, pela rádio (sic), estou sabendo que há hospitais fechando no Rio Grande do Sul, porque não recebem o aumento de 25%. E nós estamos dando 680 milhões para a saúde. Não tem de onde tirar", disse sua excelência. Por que, é a pergunta, não se tira de onde puseram? E antes que o presidente encerrasse o seu pronunciamento com indelicadas e inconvenientes alegorias, veio outra descuidada confissão:

"Desculpem o tom. É que eu falei no rádio e na televisão a manhã toda e tive que fazer muita propaganda". Feita essa apressada leitura, passemos a assuntos correlatos. Assim como o cardeal de Richelieu tinha o padre François-Joseph de Tremblay como *l'éminence grise* do Poder, o presidente Fernando Henrique conta com o seu conselheiro privado, o sapientíssimo diretor da área internacional do Banco Central, Gustavo Franco, que vem ocupando, sem a discrição do grande capuchinho do século XVII, todos os espaços do poder. É ele quem dá o tom à política econômica, a partir do momento em que descobriu, em seus livros acadêmicos, a receita do Dr. Schacht para acabar com a hiperinflação alemã, em 1923, e "inventou" a URV em cima do "Rettenmark". E é exatamente Gustavo Franco que, a fim de que possam competir com a arrasadora guerra comercial estrangeira, aconselha aos empresários paulistas a transferência para o interior e para o Nordeste, a fim de "se aproveitar do depósito de mão-de-obra barata". Ora, como todos sabemos, a falência da indústria nacional não é a consequência natural da abertura do mercado, mas decisão fria da equipe econômica, que, entre outras coisas, não se valeu das salvaguardas garantidas pelos acordos do antigo Gatt. Essas salvaguardas autorizavam a manutenção de tarifas protecionistas sobre alguns artigos, a fim de permitir o ajustamento das indústrias aos preços internacionais, e impedir o *dumping*. O Brasil abriu mão desse direito, com o fim de obter mais "confiabilidade" dos investidores estrangeiros e estabelecer uma *vantagem comparativa* com a Argentina. Por detrás de tudo isso, o que prevalece é a submissão ideológica de uns ao neoliberalismo e o interesse de outros nos grandes negócios realizados nas privatizações e na transferência do controle acionário de empresas privadas brasileiras (como é exemplar o caso da Mahle, ao engolir a Metal-Leve) a empresas multinacionais ou estatais nacionais a estatais estrangeiras (o caso da Light com a Electricité de France). É isso aí: para o sr. Gustavo Franco os trabalhadores brasileiros não passam de coisas, depositadas aqui e ali, e mais baratas no Nordeste.

Enfim, já que falamos no *père Joseph* e em Richelieu, talvez fosse bom lembrar a Fernando Henrique o conselho que o cardeal deu a Luis XIII:

*Rien n'est plus important pour un prince que de savoir tenir sa langue*. Ou, em bom vernáculo, um dos segredos do poder é o cuidado com a linguagem.

■ Mauro Santayana é jornalista

